

Frente Capital da Resistência

PSOL / PSTU / PCB

Programa de Governo para Prefeitura de Salvador

Nossa cidade é muito bela e tem um povo sem igual.
Majoritariamente negro, são homens e mulheres de coragem, que batalham sol a sol.
Tem uma gloriosa história de lutas como
a Revolução dos Alfaiates, o 2 de Julho, a Revolta dos Malês e a Sabinada.
E na história mais próxima, o enfrentamento à ditadura militar e seus asseclas.
Foram muitas manifestações, greves, protestos e grandes lutas como
a da Anistia Ampla Geral e Irrestrita, as Diretas Já, o Fora Collor, a Cassação de ACM e, mais
recentemente, a Revolta do Buzú.
Somos a capital da resistência!

Dedicamos esta campanha à
Maria Felipa, Luiz Gonzaga das Virgens, João de Deus Nascimento,
Manoel Faustino dos Santos Lyra e Lucas Dantas,
enforcados na Praça da Piedade em Salvador por almejarem a nossa liberdade e independência.

Por seus ideais, outros baianos e baianas seguiram lutando e criando, o que nos orgulha e nos
estimula às lutas:

a Zeferina, Luiz Gama, Castro Alves, Manuel Quirino, Milton Santos,
Anísio Teixeira, Cosme de Farias, Carlos Marighella.

SUMÁRIO

Apresentação

1. A cidade privatizada e dividida
2. Prioridades e objetivos da gestão
 - 2.1. Desprivatizar a cidade com participação popular: orçamento participativo e congresso das cidades
 - 2.2. Política de reparação racial efetiva
 - 2.3. Política de gênero
 - 2.4. Por uma cidade que respeite os portadores de necessidades especiais
3. Medidas para conquistar nossos objetivos
 - 3.1. Saúde
 - 3.2. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)
 - 3.3. Habitação
 - 3.4. Transporte
 - 3.5. Educação
 - 3.6. Cultura
 - 3.7. Emprego e renda
 - 3.8. Segurança e violência
 - 3.9. Juventude
 - 3.10. Preservação ambiental
 - 3.11. Turismo
 - 3.12. LGBTT

Apresentação

A Frente de Esquerda Socialista ancora seu programa de governo na luta do povo pobre e oprimido e no acúmulo teórico/prático das experiências socialistas nacionais e internacionais. Nosso programa não é fechado nem pretende ser “a verdade absoluta”. Mas ele é diferente, na medida que nega “a domesticação e a acomodação à ordem burguesa”. A diferença que apontamos é substantiva: sua opção política. Uma opção política em favor das classes populares. Um programa que tem lado e está a serviço da classe trabalhadora. Desejamos construir uma cidade mais justa que elimine das suas práticas sociais o racismo, o sexismo e a homofobia. Uma cidade onde esteja garantido o exercício da participação política efetiva de sua população, o acesso à moradia, ao atendimento de saúde sem fila, sem humilhação e de qualidade, e à educação altamente qualificada, que inclua atividades culturais e esportivas de todas as modalidades. Um programa com esta natureza materializa-se com os quatro eixos que seguem:

1. Gestão Democrática – tem como pressuposto a necessidade de democratizar radicalmente a gestão pública municipal e para isso a Frente de Esquerda Socialista implantará o Planejamento Integrado e Participativo, cujo objetivo é viabilizar a participação popular no processo de planejamento assegurando a apropriação coletiva da cidade por meio de metodologias que incorporem o povo como principal protagonista nas decisões. Estas metodologias, sem desconsiderar o conhecimento técnico e científico necessários, eliminarão a distância entre as decisões de governo e as aspirações populares. O povo mobilizado e organizado passará de mero objeto e espectador a sujeito na decisão e execução das questões gerais e específicas da cidade por meio de espaços democráticos variados e combinados, como: conselhos populares, reuniões, plenárias, conferências, congressos, plebiscitos e referendos, entre outros que estarão em consonância com as metodologias de planejamento. Enfim, para a Frente de Esquerda Socialista, planejamento e participação popular não se opõem e sim se complementam.

2. Sustentabilidade urbana e ambiental – Defendemos um padrão de sustentabilidade que subordine a expansão urbana às determinantes ambientais. As cidades tornaram-se indispensáveis para materializar a dinâmica de acumulação capitalista; hoje são concebidas e organizadas para viabilizar o capital, no entanto, são portadoras de outras concepções e necessidades. A vida do povo está em conflito direto com esta organização sócio-espacial capitalista que se tornou a cidade e que aliena o homem e destrói a natureza. Para a Frente de Esquerda Socialista, um novo processo de urbanização deve ser radicalmente defendido e tem como premissa a preservação e a defesa do meio ambiente.

3. Garantia de Direitos Sociais – O acesso ao Serviço Público é um direito para ser exercido por todos e para que tenha efetividade é indispensável o desenvolvimento de programas para grupos diversos. Programas com este caráter não devem ser reforço à discriminação, mas reconhecimento da diversidade de condições e situações sociais diferenciadas. A Frente de Esquerda Socialista entende que é necessário tratar de maneira diferente àqueles que vivem em diferentes situações de vida. Só assim o Estado produzirá políticas contratendentes às desigualdades inerentes à formação social capitalista. As questões sociais devem ser tratadas de maneira transversal e com políticas nas áreas de educação, assistência social, saúde, transporte e mobilidade urbana, habitação, abastecimento e segurança alimentar, cultura, lazer e esporte, direitos humanos, gênero, raça, etnia e necessidades especiais.

4. Programa numa perspectiva feminista, anti-racista e libertária — Defendemos uma sociedade em que mulheres e homens possam desenvolver suas potencialidades, uma cidade onde mulheres e especialmente as mulheres negras tenham melhores condições de vida. Acreditamos que a opressão capitalista sobre os indivíduos recai de maneira mais agressiva sobre as características de raça¹ e de gênero destes. Intervir para minorar os problemas raciais e de gênero existentes significa trabalhar de forma integrada e de interseccional com todas as secretarias. Garantir que o Conselho Municipal da Mulher seja efetivamente um intercâmbio entre sociedade e administração, que possa pensar sobre a problemática feminina encontrando soluções coletivas para a prática também coletiva do machismo, isso equivale a dizer que a secretaria de Governo é fundamental para articular ações que visem melhorar os índices de discriminações sofridas pelas mulheres principalmente as mulheres negras, ações estas que passam pela Secretaria de Educação, por intervenções na política educacional, que garanta uma educação que evidencie o respeito a diversidade sexual, religiosa e a reversão de padrões de comportamento que não endeuse a violência e as soluções individuais para os problemas. Ações que passam pela secretaria de saúde, que garanta de fato a ampliação de uma concepção de tratamento a saúde que passe pela prevenção, a partir de intervenções nas unidades de saúde local, com acompanhamento a saúde da mulher, a campanhas de prevenção ao câncer no cólon do útero e ao câncer mamário, campanhas educacionais que evidencie a participação do homem na criação das crianças além da campanha pela paternidade responsável e presente. É fundamental também evidenciar a relação com a

¹ Para alguns etnia ou questão étnico-racial. Para Antonio Sergio Guimarães “raça não é apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de “cor” enseja são efetivamente raciais e não apenas de classe (Guimarães 1999)

O que chamamos de “raça” tem existência nominal, efetiva e eficaz apenas no mundo social, portanto, somente no mundo social pode ter realidade plena.

gravidez na adolescência tratando-o como um caso de saúde pública e não de responsabilidade dos indivíduos.

1. A cidade privatizada e dividida

A organização da cidade passa por uma profunda crise decorrente do modelo de desenvolvimento capitalista de continuidade do projeto neoliberal sob hegemonia do capital financeiro, que age no sentido de transformar os direitos fundamentais dos povos em mercadoria e orientar a vida humana por definições do mercado. Nessa lógica, passa a ser mais importante e prevalecer os interesses das corporações capitalistas que buscam no mercado o processo de acúmulo sem se importar com as consequências das suas atitudes, exceto o lucro. A exclusão de milhões dentro da própria cidade, a crescente violência urbana manifestada em assaltos e chacinas, a destruição ambiental e o aumento do desemprego, entre outros tantos problemas, expressam o agravamento do quadro social no Brasil.

Em Salvador, as administrações municipais, seguindo a lógica do projeto implementado pelos seus parceiros nos governos federal e estadual vêm reforçando este modelo de crescimento para atender às corporações que acumulam lucros transformando a cidade neste caos. A cidade foi privatizada para responder aos interesses dos grandes grupos econômicos, das empresas de ônibus, das terceirizadas da saúde e do capital imobiliário.

As administrações por que vem passando Salvador vêm reforçando este modelo de exclusão para atender às corporações que acumulam lucros neste caos. Nenhuma administração anterior tomou qualquer atitude ou medida para reverter este quadro, pelo contrário, todas as administrações só fizeram agravar a situação - vejamos:

- a) Transferência de populações pobres do centro da cidade para a periferia (Curva Grande, Pelourinho, Bate Facho etc.);
- b) Ocupação de terra pública por grandes empresas de especulação imobiliária (no bairro do STIEP, no antigo kartódromo, no antigo hipódromo, no Aeroclube, no Iguatemi, no processo de ocupação da Paralela, na construção de grandes hotéis na Orla);
- c) Destruição das riquezas ambientais do município por empresas de especulação imobiliária (Parque Pituaçu, Paralela, Lagoa dos Frades, Lagoa da Pituba, Lagoa de São Caetano, Lagoa do Abaeté, os rios e fontes urbanas, os mangues e as dunas etc.);
- d) Destruição da Orla de Salvador em benefício dos mesquinhos interesses de empresas de turismo e fábricas de bebidas (construção de hotéis em cima de rochas e praia encobrindo a vista do mar; destruição das praias com construção de muros de arrimos para fazer pistas para carro e de barracas que são verdadeiras casas);

- e) Estímulo a um modelo de consumo altamente produtor de lixo; contratação de coleta de lixo com cláusulas em prejuízo da coleta seletiva;
- f) Reforço ao preconceito e segregação ao consolidar a política de exclusão do trabalhador negro das ocupações sem que a prefeitura desenvolvesse nenhuma política de habitação ou de ocupação e distribuição do solo urbano. As interferências da prefeitura serviram apenas para expulsar os trabalhadores e assegurar a posse da terra para alguma empresa ou empresário.
- g) Falta de uma política de melhoria da qualidade da educação e a transferência de recursos públicos para as empreiteiras e terceirizadas da saúde.

Portanto, todas as administrações que passaram pela prefeitura de Salvador refletem bem o modelo excludente de sempre: visaram atender aos interesses de grandes empresas, trabalharam apenas numa parte da cidade e excluíram a população pobre, a massa de trabalhadores e os desempregados. Por isso, Salvador está dividida em duas cidades - de um lado uma cidade organizada para garantir os grandes lucros dos empresários, de outro, uma cidade da fome, da miséria, da violência, da perseguição, a cidade da exclusão habitada, principalmente, pelos negros.

Uma Salvador que tem os seus problemas de habitação, lixo, saneamento, transporte resolvidos; mas paga caro por educação, saúde e lazer. No máximo, o problema é um poste velho, uma luz de rua queimada, buracos no asfalto.

A outra Salvador, que tem problemas de toda ordem, serviço de saúde insuficiente, falta saneamento, esgotos, água; tem-se moradia de risco, serviço educacional de baixa qualidade, escolas ruins, transporte ineficiente e não há lazer. Até a violência se manifesta diferente: na primeira ocorrem furtos e seqüestros relâmpagos; na segunda, ocorrem ações policiais contra a população, atuam grupos de extermínio e são freqüentes as chacinas.

2. Prioridades e objetivos da gestão

2.1. Desprivatizar a cidade com participação popular: orçamento participativo deliberativo e congresso da cidade

O governo da Frente Capital da Resistência estará empenhado na redução das desigualdades sociais de Salvador, através da profunda democratização dos serviços públicos, colocando-os sob controle social, através da mobilização e organização local da população que utiliza tais serviços.

Queremos construir e consolidar os direitos que durante mais de 500 anos foram negados à maioria da população pobre e negra da cidade de Salvador. Para isso, é necessário mudar a lógica de funcionamento da cidade, comandada hoje pelas grandes empresas privadas — empreiteiras, imobiliárias, banqueiros, empresas de lixo, de transporte, terceirizadas da saúde etc. -, todas visando principalmente o lucro fácil e não atendendo o povo, principalmente o povo pobre e negro. Por isso,

a cidade está um caos e é um reino de desigualdades. E é por isso também que os outros candidatos querem esquecer que governaram ou estão governando Salvador.

Implementaremos um conjunto de medidas para acabar com essa situação e colocar de fato os serviços públicos para atender o público. Uma delas é viabilizar a participação popular efetiva como forma de controle social, ou seja, é necessário assegurar que a máquina pública esteja cada vez mais moldada pelas pressões, demandas e decisões dos fóruns deliberativos de base, sob controle da sociedade mobilizada, assegurando que a administração municipal atue na direção dos objetivos prioritários expressos no programa de governo e nas orientações oriundas do processo de organização da população soteropolitana. Essa reorientação da máquina pública para atender às necessidades da população, especialmente a negra e pobre, significa inverter prioridades na alocação dos recursos orçamentários, destinando-os para as áreas que a população definir como prioritárias.

Entretanto, só é possível levar adiante uma expressiva transferência de recursos públicos para a melhoria das condições de vida da população se houver organização e luta dos trabalhadores, senão o governo ficará refém da burocracia, da rotina administrativa e sua dispersão de recursos e, o que é pior, ficará à mercê do jogo de pressões dos grupos econômicos. A constituição de sujeitos políticos coletivos expressando os interesses das classes e grupos sociais explorados e oprimidos é, portanto, fundamental, nesse processo. Este é o único caminho para garantir a construção da resistência do povo contra os nefastos interesses dos grupos econômicos, corporações, empresas de transporte, empresas imobiliárias, empresa de lixo, empreiteiras e terceirizadas da saúde.

Para tal, é necessário criar uma esfera pública de planejamento não estatal e de controle social do Estado com vistas a contribuir com a mudança de cultura política. Essa esfera pública não estatal é o congresso da cidade, através do qual pretendemos debater democraticamente e planejar com o povo os rumos da vida da nossa cidade. Desse modo, propomos para Salvador um amplo processo de mobilização social e de discussão de rumos da cidade através de assembleias regionais, plenárias temáticas, fóruns e congressos temáticos, diversos conselhos e fóruns que discutirão as políticas setoriais para o município, com representações de classe e de movimentos sociais já constituídos, que culminarão na instância máxima de deliberação pública — o congresso da cidade.

O Congresso da Cidade deve colocar em discussão a totalidade dos recursos municipais, incluindo aí os gastos com custeio e investimentos, assim como as restrições orçamentárias do município criadas por sua dívida pública e perpetuadas perversamente pelos mecanismos de coerção para seu pagamento, via Lei de Responsabilidade Fiscal. Reiniciado a cada ano, além do processo congressual em si, serão instituídos mecanismos e instâncias de controle social e de condução dos programas e políticas públicas deliberadas.

O planejamento de Salvador ficará, portanto, a cargo do congresso da cidade que, juntamente com a Secretaria do Planejamento (SEPLAM), serão os responsáveis pela elaboração do orçamento e não a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) como hoje, pois o orçamento deve estar subordinado ao planejamento, dando mobilidade e efetividade na execução das ações propostas pela maioria da população. Queremos que o povo de Salvador passe a controlar a cidade e a prefeitura, decidindo suas prioridades.

As Administrações Regionais (AR's), que hoje servem mais como cabide de emprego para os cabos eleitorais dos vereadores, podem ser um instrumento importante no processo de organização popular. Os Conselhos Municipais, a exemplo daqueles relacionados aos direitos da mulher, do transporte, da saúde, que se encontram desarticulados e/ou atrelados ao governo municipal, serão fortalecidos, garantindo sua autonomia e a efetivação do seu papel de elaborar, assessorar, fiscalizar e realizar o controle social de políticas da gestão.

2.2. Política de reparação racial efetiva

Sendo Salvador uma cidade com 82% da sua população de afro-descendentes, não podemos continuar negando ao nosso povo negro da periferia o acesso a direitos elementares – negação que é resultado da verdadeira face do racismo institucional e ambiental e da transformação da cidade num condomínio de interesses mesquinhos e particularistas de uma pequena parcela de grandes empresários.

Em nosso entendimento, a atual configuração da Secretaria Municipal de Reparação obedece a uma lógica de emolduração das reivindicações dos movimentos negros e sociais de Salvador, haja vista que, apesar de possuir papel executivo, a sua dotação orçamentária é insuficiente para execução de políticas estruturais, ou seja, possui apenas um caráter simbólico e nas estratégias governamentais conservadoras figura como marketing eleitoral e populista dos governos.

O nosso programa de governo pretende estabelecer uma dinâmica diferenciada das propostas adotadas pelo governo em exercício e das elaboradas pelos nossos adversários. Consideramos que as políticas de reparações devem sintetizar as reivindicações históricas do nosso povo, que em sua maioria é composto por afro-descendentes e indígenas descendentes e, que neste sentido elas devem ter caráter estruturante em nosso governo. Para isso, a secretaria responsável por esta tarefa deve ter uma dimensão “interseccional” e ao mesmo tempo universalizante do ponto de vista da sua abrangência, isso quer dizer que esta secretaria deverá ter o papel de articular as políticas de reparação nas diversas áreas de atuação da prefeitura (saúde, educação, habitação, saneamento, transportes etc.), contando, para isso, com os orçamentos dessas pastas. Em nossa compreensão, a Secretaria de Reparação deve atuar ao lado da SEGOV (Secretaria de Governo) e da SEPLAN

(Secretaria do planejamento). A primeira por estar ligada diretamente ao assessoramento do Gabinete do Prefeito e a segunda por ser responsável pelo planejamento urbano da cidade.

Implantaremos ações efetivas para a inclusão que tenham como principais diretrizes inter-relacionadas: o combate ao racismo institucional, a promoção da igualdade racial e a valorização dos espaços negros. O racismo institucional é aqui entendido como o fracasso coletivo das organizações e das instituições em prover um serviço profissional e adequado às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem racial. Ele se revela por meio de processos, atitudes e comportamentos discriminatórios resultantes do preconceito, da ignorância, da falta de atenção ou de estereótipos racistas que colocam pessoas negras em situação de desvantagem política, econômica e social. É preciso, portanto, estabelecer programas de treinamento dos servidores públicos, visando qualificá-los para um atendimento público não discriminatório e realizar diagnóstico sobre a situação dos servidores negros e brancos, objetivando identificar desigualdades e recolher subsídios para a adoção de medidas reparadoras:

- a) Incluir o quesito cor em todos os sistemas de informação da administração como forma de democratizar as informações públicas sob uma ótica sócio-racial, permitindo a disponibilização de dados para políticas públicas específicas;
- b) Reconhecer as religiões afro-brasileiras como interlocutoras sociais em nível de igualdade com as religiões cristãs e outras e implementar o tombamento de casas de culto de origem africana;
- c) Combater a violência praticada principalmente contra os jovens afrodescendentes;
- d) Punir atividades de turismo sexual;
- e) Estabelecer cotas de representação proporcional dos grupos étnico-raciais nas campanhas de comunicação do governo, comerciais, filmes, programas de TV, peças teatrais etc.
- f) Tornar a promoção da igualdade obrigatória às empresas que prestam serviços públicos e/ou que mantenham relação contratual com o Estado;
- g) Implementar linhas de créditos para pequenos e médios empresários afrodescendentes.

2.4 Por uma cidade que respeite os portadores de necessidades especiais

O ESTATUTO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS foi aprovado em 2007 pelo Congresso, assegurando a integração social e o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas acometidas por limitações físico-motoras, mentais, visuais, auditivas ou múltiplas que as tornem hipossuficientes para a regular inserção social.

Cumpra assim o mandamento Constitucional de que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar às pessoas portadoras de necessidades especiais a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à habitação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização,

ao trabalho, ao transporte, ao acesso às edificações públicas, à seguridade social, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Buscaremos assegurar o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços públicos ou privados (oferecidos à comunidade) de que necessite; a integração das ações dos órgãos públicos e entidades privadas nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte e assistência social, edificação pública, previdência social, habitação, cultura, desporto, lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas, à inclusão social e à otimização da prestação dos serviços públicos; o apoio à formação de recursos humanos para atendimento da pessoa portadora de deficiência; a garantia da efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de inclusão social.

A implantação e cumprimento desse Estatuto depende não só de ações do Governo, mas muito mais da participação da sociedade soteropolitana e a Frente de Esquerda Socialista tem como tarefa encaminhar essa luta.

3. Medidas para conquistar nossos objetivos

3.1 Saúde

Desprivatizar a saúde com planejamento participativo

O atendimento realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade de Salvador está condicionado pelos interesses dos prestadores de serviços e sujeito, portanto, a injunções próprias à iniciativa privada. Isso se manifesta no atendimento à demanda no interior dos prestadores privados que hoje está completamente fora do controle dos gestores do SUS. Assim é que pacientes que pagam do bolso ou que têm plano de saúde passam à frente de pacientes do SUS. Assim é que vagas são negadas e há uma total opacidade sobre critérios para concessão de vagas, seja para exames e consultas especializados, seja para internação. Estes critérios não podem ser desvendados pelos prestadores, pois obedecem ao princípio da rentabilidade. Estes critérios de aceitação dos pacientes não estão claros e nem foram negociados publicamente.

Impõe-se uma ruptura com esta trajetória de mercantilização da saúde e privatização dos serviços públicos de saúde. Impõe-se denunciar o predomínio no chamado espaço público dos interesses privados e o modo pelo qual estes interesses impedem que um sistema público se estruture.

Defendemos a saúde como direito e os princípios da universalidade, integralidade, igualdade de acesso e controle público do sistema. Para isso, devemos fortalecer o que é estatal e apenas contratar aquilo que o serviço estatal não pode prover. Atualmente, há uma inversão desta hierarquia disposta na lei: desativa-se o que é estatal para comprar do setor privado.

Nas administrações de Mário Kertész, Imbassahy/ACM Neto e João Henrique/Pelegrino, passam-se em silêncio os interesses e a ação de forças que se colocam como obstáculo para que estas políticas em benefício da maioria da população sejam cumpridas. É urgente implementar medidas de controle público do atendimento de saúde na cidade do Salvador. Além disso, as ações de assistência devem ser decididas coletivamente entre população usuária e trabalhadores do SUS, e não se constituírem em encenações ou demagogias, como nas gestões anteriores.

Auditoria na Secretaria de Saúde

Nas três últimas gestões, a Secretaria de Saúde foi alvo de várias denúncias de corrupção, desvio de dinheiro, sendo que a Secretaria de Saúde do governo Imbassahy/ ACM Neto chegou a receber voz de prisão e na gestão João Henrique/Pelegrino houve um assassinato, ainda não completamente solucionado, de um funcionário que se opôs ao superfaturamento envolvendo empresas terceirizadas.

É urgente, portanto, uma auditoria independente das últimas gestões da secretaria de saúde, uma vez que esta verdadeira privatização da prefeitura aconteceu (e acontece) não apenas no governo de João Henrique, mas também com os outros que governaram Salvador e a Bahia. Vamos rever todos os contratos que lesam o erário público.

Acreditamos que a auditoria revelará vários pontos de desvio de recursos, uma vez que as administrações públicas foram apropriadas pelos interesses privados, que através de lobistas bem pagos e gestores corruptos despejam os recursos públicos nas contas bancárias de particulares.

Ampliação da Atenção Básica

Ampliação da Atenção Básica significa inverter a lógica da concepção de saúde e garantir uma saúde com tecnologia simples mas com resolutividade, seguindo o princípio do SUS de equidade, investindo onde estão os maiores problemas de saúde, entre o povo pobre, negro e trabalhador da periferia dessa cidade. Para isso, faremos a regionalização da intervenção do poder público na área da saúde, elaborando um mapa da doença em Salvador, através do qual diagnosticaremos por região as enfermidades que mais acometem a população. A partir dessa análise, pretende-se direcionar a intervenção municipal nas diversas áreas da cidade. Além disso, pretendemos instituir um plano de emergência na área que vise recuperar os postos de saúde já existentes e construir outros, com vistas a melhorar a qualidade do serviço prestado e eliminar as filas e a recusa de atendimento. Cabe ressaltar que prevenção e promoção de saúde perpassa não só por abrir postos e colocar médicos, mas pelo investimento na carreira dos profissionais de saúde.

Ampliaremos a cobertura territorial das Equipes de Saúde da Família, tendo isto como uma estratégia para que se possa reorientar o modelo de atenção à saúde na cidade de Salvador,

substituindo o modelo que privilegia a cura ao invés da prevenção. Isso se faz acompanhando as famílias, desenvolvendo ações de prevenção, promoção e reabilitação de doenças e agravos mais frequentes e na manutenção de saúde dessa comunidade. Essa é uma das saídas capaz de produzir resultados positivos nos indicadores de saúde e de qualidade de vida da população assistida.

Daremos continuidade ao processo de municipalização da saúde básica, ainda inconcluso, e faremos o planejamento participativo da saúde com a comunidade, profissionais e Conselho Municipal de Saúde, com vistas a definir os investimentos na área, articular os níveis 1, 2 e 3 de saúde, fazer a regionalização acima proposta, bem como a construção do Plano Municipal de Saúde.

Fundação Estatal de Direito Privado: mais um retrocesso no SUS

Uma das respostas dadas pelo governo federal à crise estrutural da saúde foi a criação das Fundações Estatais de Direito Privado. Com a instituição das Fundações Estatais, o regime de trabalho dos servidores da saúde passará a ser por CLT, ao invés do vínculo estatutário. O Conselho Curador ou de Administração das fundações será nomeado majoritariamente pelo governo “da ocasião”; os funcionários poderão ser demitidos a qualquer tempo; não há garantia de exigência de licitações. Ou seja, não há nenhuma garantia de que interesses privados não venham a se sobrepor rapidamente ao interesse público. O argumento é que essas fundações vão agilizar e tornar mais eficiente a administração do SUS, mas o pano de fundo de sua implantação é a idéia de que nem todos os serviços públicos devem ser estatais. Mesmo com deliberação do Conselho Nacional de Saúde contra o projeto, o Executivo encaminhou a proposta ao parlamento. Caminha-se no sentido de gerir, dentro de uma construção estratégica e de longo prazo, a privatização dos serviços públicos.

Valorização do servidor da área de saúde

Não é e não será possível construir um sistema público de saúde sem que esta construção seja feita a partir do esforço coletivo dos trabalhadores da saúde. Não há equipamentos, instalações físicas e tecnologias de conhecimento que substituam o vínculo do trabalhador com aqueles que procuram atenção. É obvio também que são necessários acesso ao conhecimento, adequadas instalações físicas, equipamentos, insumos de toda ordem para que a atenção tenha boa qualidade, não só no vínculo, mas de capacidade de resposta ao sofrimento.

O que vemos hoje, no entanto, são propostas que tentam supostamente organizar o sistema a despeito dos trabalhadores e mesmo contra os trabalhadores. O trabalhador é tratado como alguém que, *a priori*, não está disposto a trabalhar, e que, portanto, deve ter seu vínculo empregatício precarizado, de forma a se sentir obrigado a trabalhar, conforme expressa a proposta acima mencionada de criação das Fundações Estatais de Direito Privado. É preciso, portanto, investir na

carreira dos profissionais de saúde que inclui reajuste salarial, planos de cargos e carreiras, capacitação e qualificação desses profissionais e concurso público.

A questão da saúde mental

Dados epidemiológicos brasileiros revelaram que cerca de 35,5% do total de usuários que procuram a atenção básica têm algum tipo de sofrimento psíquico. Em Salvador, vemos notícias de diversas famílias que mantêm seus doentes presos ou acorrentados por não encontrarem atendimento na rede pública.

É necessário articular uma rede de ações de saúde mental com ações intersetoriais que enfrentem as situações de sofrimento psíquico, com o compromisso de possibilitar as pessoas de participarem na sociedade com seus direitos de cidadania garantidos. Para isso, faremos a regionalização das necessidades de saúde mental da população soteropolitana, das situações de sofrimento psíquico, reorganizando e ampliando a atenção à saúde mental em cada região de acordo com as suas características e necessidades.

Também é preciso ampliar a equipe de saúde mental na Atenção Básica, com formação, supervisão e referência em outros níveis de atenção e realizar uma campanha de informação e educação da população sobre problemas e situações de sofrimento psíquicas.

Saúde da mulher e direitos reprodutivos

A saúde pública em Salvador encontra-se na “UTI”. Como, culturalmente, as atividades que envolvem cuidados com doentes e com as crianças foram impostas às mulheres, estas são as mais atingidas pelo caos em que se encontra a saúde pública na capital baiana, seja quando necessitam de assistência para si seja quando buscam atendimentos para crianças, idosos e doentes que estejam sob sua responsabilidade no âmbito doméstico-familiar.

A falta de segurança pública na cidade torna ainda mais penosa a busca por uma vaga nos postos de saúde, uma vez que tem se tornado impossível ‘madrugar’ para enfrentar as filas nos serviços públicos de saúde. Além disso, o alto custo com o transporte na capital dificulta a busca por atendimento longe do bairro no qual as famílias pobres residem.

Além de abastecer e pôr os postos para funcionar nos bairros populares e inaugurar outros em áreas com muita carência, é preciso que a Prefeitura de Salvador busque:

- a) Implementar programas e serviços de atenção à saúde das mulheres afro-descendentes, adolescentes, lésbicas, idosas, com deficiências, transexuais, em situação de prisão, situação de rua e HIV/ AIDS, capacitando gestores e gestoras e profissionais da área.
- b) Consolidar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

- c) Ampliar a oferta de métodos anticoncepcionais reversíveis, incluindo a anticoncepção de emergência.
- d) Estimular a implantação e implementação da assistência em planejamento familiar, no âmbito do município, para homens e mulheres, adultos, jovens e adolescentes, no âmbito da atenção integral à saúde, respeitando os princípios dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos.
- e) Promover campanhas pelo parto normal e redução de cesáreas desnecessárias.
- f) Promover a assistência obstétrica qualificada e humanizada ao abortamento, parto, nascimento e as urgências e emergências, de forma a reduzir a morbimortalidade materna.
- g) Definir e implementar mecanismos de monitoramento dos serviços de atendimento ao aborto previsto em lei, garantindo o seu cumprimento.
- h) Promover no município campanhas educativas sobre gravidez na adolescência e paternidade responsável.

3.2. PLANO DIRETOR de desenvolvimento urbano e a política urbana em Salvador

A lógica de expansão urbana da cidade de Salvador é marcada, de um lado, pela liberdade de atuação do capital imobiliário que se expressa nas muitas modificações e excepcionalizações da legislação através dos baixos impostos urbanos e outros mecanismos e instrumentos legislativos usados ou suspensos de acordo com a necessidade do mercado imobiliário. Assim, o motor do crescimento da cidade tornou-se o uso seletivo da lei, a assimilação das desigualdades urbanas e o crescimento extensivo da cidade. De outro, há uma segregação sócio-espacial planejada pelo Estado, mercado e classes dominantes com o poder público atuando na remoção de populações pobres, apoiando despejos e produzindo conjuntos habitacionais nas periferias afastando a população pobre das áreas de onde esta provém o seu sustento.

Mais uma ação no sentido de beneficiar o interesse privado em detrimento do bem estar público foi vista com a aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). João Henrique demonstrou sua ligação com o grande empresariado em geral e especialmente com o ramo imobiliário, as empreiteiras e o turismo internacional - tal como os seus aliados Lula/Dilma e Wagner. O resultado mais emblemático desta orientação foi a aprovação do novo PDDU, e da LOUOS com decorrências desastrosas para a cidade a curto, médio e longo prazos.

Neste sentido, o prefeito interveio na estrutura fundiária da cidade promovendo a aprovação autoritária do PDDU, a inclusão na LOUOS dos pontos do PDDU da Copa, a verticalização da orla, com a alteração do gabarito para liberar a construção de grandes edifícios, permitir a elevação da renda da terra urbana, impedindo, por outro lado, o acesso à mesma por parte das camadas da população com baixo poder aquisitivo. Além disso, a legislação Urbana alterada pelos últimos governos deixa todos os espaços da cidade à mercê da lógica de lucratividade e expansão desse

setor. Esta alteração destruirá nossos patrimônios culturais, ambientais e de lazer, além de promover o colapso no trânsito e na mobilidade de pessoas e mercadorias nos já congestionados bairros centrais.

Revogação do PDDU

Diante desta situação, revogaremos o PDDU de João Henrique e em seu lugar faremos outro com a participação popular — articulado ao processo de planejamento participativo que propomos para a cidade — e entidades ligadas à gestão da cidade que estabeleça regras de uso e ocupação do solo e elabore diretrizes políticas nas áreas de habitação, lixo, trânsito, circulação e transporte, saúde, educação, áreas de lazer, saneamento e preservação ambiental.

Nossa política urbana agirá de maneira a inverter a lógica de produção da cidade, afirmando nela seu caráter público e chamando a população a discutir e decidir os rumos da cidade. Os eixos gerais que organizam nosso programa de política urbana são o planejamento participativo, a desprivatização da cidade, a inversão de prioridades e a universalização dos serviços públicos municipais.

Desenvolvimento urbano e planejamento participativo

O PDDU é um instrumento fundamental de regulação urbana, pois estabelece as normas e parâmetros de crescimento da cidade e, sobretudo, pode ser um instrumento de democratização do espaço urbano. Para isto, é preciso que ele se articule com o processo de planejamento participativo que implementaremos na cidade de Salvador e deixe de ser uma peça escrita por técnicos. É preciso garantir que o PDDU seja um instrumento que permita a democratização do acesso à terra na cidade e não seja destinado a favorecer a especulação imobiliária.

Todos os instrumentos do PDDU deverão articular-se com os mecanismos de controle social e planejamento participativo que implementaremos na cidade, por meio do que chamamos de Congresso da Cidade. É preciso aumentar e garantir condições de participação popular e das entidades sociais nestes espaços e democratizar o acesso a informações sobre a cidade e sua gestão. Os planos complementares e regionais não podem ficar sendo remetidos ao futuro ou a um plano genérico incapaz de ser aplicado. Os trabalhadores e o povo de Salvador, principalmente pobre e negro, são os atores privilegiados que, na nossa gestão, terão vez e voz na decisão sobre os rumos de desenvolvimento da nossa cidade.

3.3 Habitação

Na RMS, o déficit habitacional é menor que o número de domicílios vagos, expressando uma alta concentração fundiária. Isso significa que a resolução desse grave problema requer a intervenção do poder público com vistas a promover à universalização do bem moradia, destinadas a atender aos

segmentos de menor renda dentro da sociedade. Tal atuação significa promover a desconcentração fundiária urbana de modo a evitar a especulação imobiliária que produziu um acesso restrito ao solo, especialmente para as pessoas dos estratos de renda inferiores.

Uma medida importante para controlar a especulação imobiliária e seus impactos negativos sobre a coletividade é a elaboração, pelo poder público, de relação com o nome dos maiores proprietários de terra e imóveis na cidade ("latifundiários urbanos"), bem como de sua situação fiscal, com o objetivo de acompanhar – e restringir – suas estratégias monopolistas em determinados bairros e impedir evasão fiscal.

Além disso, é necessário, a partir da iniciativa do município, viabilizar a construção de casas para atender à demanda das famílias de diversos movimentos sociais de Salvador, além dos moradores de rua. Os recursos virão da inversão de prioridades, com inclusão no orçamento do município de dinheiro para o Fundo Municipal de Habitação (FMH).

Para a viabilização financeira do projeto de moradia popular e de qualificação de habitações, é necessário também organizar uma equipe técnica dedicada exclusivamente à realização de projetos habitacionais, com vistas a captar os recursos disponíveis junto a entidades públicas, sejam elas nacionais ou internacionais.

Para fazer o levantamento, efetuar cobrança e desapropriar Imóveis que Não Tenham Função Social e estejam em Dívidas com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do município, é importante a definição legal de critérios para a verificação do cumprimento da função social da propriedade. O Plano Diretor precisa ser regulamentado e detalhado no que se refere à definição de um imóvel que não cumpra a função social da propriedade. Alguns critérios poderiam ser: terrenos vazios em área com infra-estrutura, imóveis há mais de um ano desocupados (sem núcleo familiar residindo ou atividade econômica compatível com o porte do imóvel), estacionamento com objetivo de retenção de terreno para especulação etc. A partir destes critérios, a estrutura pública, por meio da articulação entre Secretarias de Planejamento e de Habitação, devem realizar um levantamento de todos os imóveis localizados nas regiões providas de infra-estrutura e que não cumprem a função social para serem notificados, e manter um cadastro atualizado e informatizado. Propomos ainda:

- Política de regularização fundiária voltada para a população de baixa renda, legalizando todos os imóveis populares irregulares em Salvador.
- Criação do Congresso Municipal Popular de Habitação, para discutir e definir as Políticas Habitacionais do Município e administrar os recursos do FMH.

Direito à terra, à moradia digna e infra-estrutura social para as mulheres

A presença maciça de mulheres negras e chefes de família dentro das ocupações em Salvador mostra que a luta por moradia é, sobretudo, uma luta das mulheres, que buscam um “teto” para seus filhos e filhas. Tendo em vista trabalhar a partir das especificidades deste segmento, propomos:

1. Ampliar o acesso à terra nos municípios das áreas urbanas e à moradia com infra-estrutura social adequada.
2. Elaborar legislação municipal que garanta a titularidade da mulher urbana como beneficiária direta de programas habitacionais de competência do município ou em parceria.
3. Ampliar os investimentos para a melhoria do sistema de transporte coletivo.
4. Ampliar a rede de iluminação pública, prioritariamente, em áreas consideradas de risco.

3.4. Mobilidade e Transporte

A questão do transporte deve ser enfrentada a partir da lógica do direito de ir e vir. Dentro do PDDU é necessário discutir a mobilidade urbana que inclui não apenas o transporte rodoviário, mas o deslocamento de pedestre, a ciclovias e o transporte metroviário. A estreita relação que o trânsito tem com a gestão da cidade é mais um motivo para elaborar um novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), uma vez que nos moldes em que o PDDU de João Henrique foi feito — para beneficiar o interesse das grandes imobiliárias — a tendência é agravar ainda mais o problema do trânsito da cidade.

É preciso enfrentar o problema da dificuldade de mobilidade dos indivíduos a partir das opções que os centros urbanos fazem. Nesse sentido precisamos repensar o lugar do automóvel individual nas sociedades atuais, e buscar cada vez mais soluções coletivas para a mobilidade das pessoas, seja investindo na melhoria da qualidade do transporte de massa seja facilitando o deslocamento das pessoas que por necessidade ou opção andam a cidade sem utilizar nenhum transporte, a não ser suas pernas, por isso as calçadas são essenciais.

O metrô deve ser entendido como meio de transporte prioritário para a solução dos problemas de trânsito da cidade, tendo a Prefeitura um papel importante de contribuição para a ampliação das linhas no município, completando o trecho e desenvolvendo estudos sobre a viabilidade de ligá-lo à ferrovia do Lobato e à RMS. Além disso, é necessário realizar a integração do transporte rodoviário com metrô.

O transporte rodoviário também precisa ser repensado, já que os *ônibus* que nos servem dificultam a acessibilidade digna, com tratamento diferente e desigual a depender da área da prestação de serviço. Acrescente-se, ainda, que o transporte coletivo rodoviário de Salvador não cumpre sua função social pois não chega a todos os cantos da cidade e não atende a população que trabalha e estuda à noite. É necessário, portanto, ampliar o horário de funcionamento dos ônibus,

bem como reativar o conselho municipal de transportes de modo que este possa fiscalizar e orientar a atuação das empresas, inclusive no que se refere as tarifas.

Para garantir que o transporte coletivo cumpra sua função social é necessário:

- a) Ampliar a gratuidade para pessoas deficientes;
- b) Instituir o passe livre para estudantes de escolas públicas;
- c) Terminar com o pagamento antecipado da meia passagem;
- d) Tirar a gestão do transporte público de Salvador das mãos do SETPS;
- e) Criar uma empresa de transporte público de Salvador;
- f) Revogar o aumento das passagens de ônibus em Salvador;

3.5. Educação

A Frente Capital da Resistência está comprometida com as propostas que surgiram dos movimentos em defesa da educação pública e em criar melhores mecanismos para uma gestão verdadeiramente democrática, com ampla participação popular.

Compreendemos a educação como um direito que deve ser garantido com qualidade para o conjunto da sociedade. Não se pode confundir direito com serviço, mal barateado pelo mercado. A questão central continua a ser o investimento público para a educação, bem como para todas as políticas sociais, cujo financiamento tem sido drenado para o ajuste fiscal e pagamento da dívida. Essa expressiva destinação de recursos para o pagamento da dívida significa cortes nos gastos sociais, inclusive educação, e prejuízo para o funcionalismo público. O resultado é a precarização dos serviços destinados à população, em especial a mais carente que não pode recorrer à iniciativa privada. Essa é uma dificuldade que não está presente apenas em Salvador, mas nas várias capitais brasileiras. Desse modo, há um espaço político de pressão por uma renegociação da dívida que alivie o orçamento público e permita uma maior destinação de recursos para o atendimento da população.

Queremos resgatar o sentido político da educação, no qual se projeta uma outra sociedade possível e necessária, de homens e mulheres livres da domesticação de suas forças morais e intelectuais, porque se reconhecem como sujeitos da história.

Para isto se requer assumir a educação como parte de um projeto estratégico, voltado para a mobilização das grandes maiorias do povo. A educação deve estar a serviço da socialização dos meios intelectuais de compreensão crítica da realidade, de formação e exercício do intelecto, autônomo e libertário – concepção esta que norteará o projeto pedagógico a ser debatido e disputado em nossas escolas e onde mais a prática educativa se dê.

Assim, educar as crianças desde a primeira infância e promover as condições indispensáveis para que o trabalho dos educadores possa ser desenvolvido com qualidade - eis uma enorme dívida que o Estado Brasileiro tem a pagar.

Direito à educação desde a primeira infância

O atendimento das crianças de 0 a 5 anos tem sido feito principalmente em creches conveniadas ou que pertenciam ao governo estadual e foram repassadas para a prefeitura de Salvador, sem que o poder municipal implementasse política para uma significativa ampliação das vagas públicas para a educação infantil ou dotasse as creches de infra-estrutura adequada. Ao contrário, o que temos visto é o constante atraso no salário dos trabalhadores auxiliares e o funcionamento de forma precária dessas instituições, sem a participação de profissionais importantes como assistentes sociais, psicólogos, psicopedagogos, médicos etc.

Atender a educação infantil com qualidade significa investir na ampliação da rede, considerando a adequação dos espaços, da estrutura física, dos equipamentos e apoio para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, para poder oferecer uma formação adequada aos alunos. Significa criar as condições para atender às crianças em período integral nas escolas possibilitando a construção de conhecimentos de maneira lúdica, num espaço de trabalho pedagógico mais adequados a essa faixa etária, respeitando a especificidade da infância em seus aspectos metodológicos, privilegiando um currículo que tenha na investigação o suporte das práticas pedagógicas.

Educação de qualidade

Para estabelecer as condições objetivas que ajudem a viabilizar o anseio da sociedade brasileira por um ensino público, democrático e de qualidade, cumpre observar a limitação da quantidade de alunos por professor. Essa questão é de fundamental importância para garantir as reais necessidades da educação em nosso país, em cada etapa ou modalidade de ensino.

No raciocínio meramente contábil, que vem sendo diuturnamente aplicado, esta condição desaparece: são salas de aula abarrotadas de alunos, como um depósito de crianças, em que o trabalho do professor e o acompanhamento zeloso com o processo de aprendizagem dos alunos, o que cada um deles produz e o que poderia produzir, se vêem inviabilizados. Nestas condições, não é surpresa que o desempenho dos alunos seja tão ruim.

Começamos a melhorar a qualidade do ensino ao dar condições, desde a sala de aula, para o trabalho dos profissionais que ali atuam, reduzindo o número de alunos por professor, considerando a respectiva faixa etária e seguindo as recomendações internacionais (até 20 crianças por sala na educação infantil e 25 na fundamental).

Condições estruturantes para garantir educação de qualidade

A ampliação de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino possibilitará iniciativas que visem a redução de alunos em sala de aula, a ousadia da experimentação de alternativas educacionais, a ampliação do período escolar, a opção por uma jornada de trabalho dos professores mais digna e dedicada aos problemas educacionais:

- Salários – Em primeiro lugar, valorizar o magistério público passa por oferecer condições de vida aos profissionais da educação, com uma política salarial decidida em garantir que, progressivamente, possam ter segurança econômica em optar por uma única jornada de trabalho, exclusiva na rede municipal, e não desdobrarem-se em várias escolas, acumulando vínculo com as redes municipal, estadual e particular, o que compromete a saúde e a qualidade do ensino.
- Jornada de Trabalho – Em segundo lugar, garantir aos professores o tempo necessário para o planejamento das atividades pedagógicas, bem como de sua formação profissional continuada, reduzindo o tempo em sala de aula com educandos, de modo que a cada duas horas com os alunos haja no mínimo uma hora de trabalho pedagógico (1/3 da jornada).
- Plano de Carreira – Em terceiro lugar, rever o Plano de Carreira do Magistério, com amplos debates com a categoria, fazendo prevalecer os mecanismos democráticos de decisão. Cumpre dizer, sobre este aspecto, que os governos têm sistematicamente definido e alterado a regulamentação por decreto, sem sequer consultar os trabalhadores.
- Fim das terceirizações - Como as diretrizes de gestão da educação submetem-se à lógica da gestão empresarial, o que temos assistido é a sistemática terceirização de serviços na escola – desde a merenda escolar até os funcionários, que são estranhos à escola. Ao privatizar os serviços, estes trabalhadores não se reconhecem também como educadores. Contudo, ao conceber a escola como espaço educativo, todos os que nela atuam são profissionais da educação - merendeira, faxineira, zelador, inspetor, secretários e assistentes administrativos - pela relação que eles mantêm com os educandos. Em resumo, por concebermos a escola como este espaço integral, público e necessariamente educativo, a terceirização dos serviços se demonstra inadequada para oferecer qualidade à educação. Os trabalhadores que atuam na escola devem ser considerados todos como trabalhadores da educação, servidores públicos.

Educação para a Promoção da Igualdade: Combate ao Racismo, ao sexismo e a homofobia

A inclusão social e política, a promoção da igualdade racial e de gênero requer um novo projeto de educação que possibilite a inserção social igualitária do povo negro, assegurando o desenvolvimento do potencial intelectual, contido e reprimido pelo racismo, de todos os brasileiros independentemente de cor/raça, gênero, renda, entre outras distinções. Isto contribuirá para o desenvolvimento de um pensamento comprometido com o anti-racismo, combatente contra a idéia

de inferioridade/superioridade de indivíduos ou de grupos raciais e étnicos, que caminha para a compreensão integral do sujeito e no qual a diversidade humana seja formal e substantivamente respeitada e valorizada. Para isso precisamos:

- a) Implementaremos a Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira.
- b) Aprimorar o tratamento de gênero, raça/etnia, orientação sexual e direitos humanos nas orientações curriculares em todos os níveis da Educação Básica.
- c) Desenvolver ações afirmativas destinadas a garantir o acesso e a permanência de crianças e adolescentes negros na rede pública de ensino;
- d) Promover a formação continuada de gestores/as e profissionais de educação sobre relações de gênero, enfrentamento da violência de gênero e orientação sexual, considerando as questões étnico-raciais, geracionais e a situação das pessoas com deficiência na rede municipal de educação.
- e) Formar educadoras(es) e alunas(os), elaborar e distribuir material pedagógico referente aos temas relacionados à promoção da saúde e dos direitos sexuais e direitos reprodutivos de jovens e adolescentes e prevenção das DST /Aids, em sua interface com as questões de gênero, raça /etnia e geração.
- f) Desenvolver atividades como seminários, oficinas, cursos para profissionais da educação e outros, envolvendo toda a comunidade e discutindo as interfaces entre a violência doméstica contra mulheres e a violência contra crianças, jovens e adolescentes.
- g) Promover discussões acerca dos livros didáticos adotados nas escolas municipais a fim de que seja garantido o uso de livros que promovam a igualdade de gênero e raça.
- h) Garantir o acesso e permanência de crianças, adolescentes, jovens e mulheres com deficiência na educação básica.

3.6. Cultura na Capital da Resistência

A Cultura é indispensável para o desenvolvimento social do nosso povo. A produção cultural da nossa sociedade é a principal ferramenta de promoção da nossa história. Por conta disso é de fundamental importância o respeito e à valorização das diferentes manifestações culturais existente na cidade.

É preciso compreender a cultura como um processo interativo de construção, compreendendo as práticas culturais e seus significados. Compreender a cultura como patrimônio material e imaterial da nossa identidade baiana herdada pelas tradições dos diferentes grupos sociais e étnicos que constituem a nossa sociedade, sendo fundamental o respeito à diversidade cultural.

Diversidade cultural

A valorização das diferentes manifestações culturais da nossa sociedade é de fundamental importância para a construção e preservação de uma identidade cultural negra, baiana e brasileira, que se expressam através das diversas linguagens e expressões culturais.

A nossa cidade sofreu ao longo da administração “carlista” com um modelo de construção do crescimento econômico que explorou nossa cultura como um elemento de promoção do turismo “massificado”, arrancando a nossa identidade para uma exportação como qualquer mercadoria a serviço do capital.

Faz-se necessário um projeto de valorização da nossa produção cultural. Os indivíduos e grupos sociais devem ter garantidas as condições de criar, preservar e difundir suas expressões culturais, respeitando a sua identidade e possibilidades de participação.

O acesso e difusão da cultura fazem parte dos direitos humanos, e essa imensa diversidade cultural da cidade de Salvador vem da sua gente, dos seus mais diversos grupos étnicos. Esse processo de difusão, fomento e preservação dos nossos bens materiais e imateriais deve se iniciar a partir do reconhecimento do nosso povo e as suas mais diferentes formas de manifestações culturais.

A cultura como instrumento gerador de emprego e renda não pode perder de vista a sua imensa dimensão simbólica e social que por décadas foi devastada por conta da visão utilitarista impregnada nas gestões passadas e que se manteve aliada a esse programa na gestão João Henrique. As identidades culturais não podem mais ser entendidas como unidades fixas e estáveis, devem ser entendidas como bens materiais e imateriais que têm no seu passado a construção dessa identidade a sua principal referência. Portanto, cabe aos próprios sujeitos lidarem com seus conflitos internos e externos.

A rápida evolução das tecnologias de informação constitui hoje um grande alicerce para se viabilizar a descentralização criativa do nosso povo, no entanto, este processo deve ser mediado pelos próprios atores sociais; é preciso estar atento a estas tecnologias para que não criem condições de ameaças entre culturas e grupos sociais que ainda não estão enraizados a estas novas articulações de idéias.

Planejamento participativo da política cultural do município

A verdadeira participação popular se dá não somente na construção do Conselho Municipal de Cultura, órgão privilegiado na luta por uma plataforma política da cultura, mas no contexto de enxergar nos relacionamentos com as mais diversas lideranças culturais um programa que compreenda o potencial de nossa cidade.

Um dos pontos mais importantes para o nosso projeto é ampliar a participação popular potencializando as ações e incentivando outras desenvolvidas pela própria sociedade.

Neste sentido, é necessário promover o mapeamento e tombamento dos sítios e documentos referenciais da cultura e da resistência negra e a valorização e afirmação da cultura negra, combatendo e impedindo a distorção e a folclorização;

Cultura e mídia não discriminatória

- a) Estimular e garantir que os programas de fomento à produção e difusão cultural valorizem a expressão das mulheres e sua contribuição social, política e econômica, a exemplo dos diversos grupos ligados ao Movimento Hip Hop na capital baiana nos quais as mulheres negras jovens são bastante expressivas.
- b) Promover a produção de peças publicitárias e outras para serem veiculadas nas diferentes mídias, para diferentes setores da sociedade, que combatam as discriminações e estimulem novas relações sociais de gênero.
- c) Implementar programas de fomento às mulheres jovens produtoras, de expressões culturais e esportivas com perspectivas não sexistas, não racistas e não lesbofóbicas.
- d) Promover campanhas educativas municipais disseminando o compartilhamento das responsabilidades pela educação e cuidado dos filhos entre mulheres e homens, comunidades e Estado.
- e) Estimular o turismo cultural e combater o turismo sexual, envolvendo mulheres e meninas, através da realização de campanhas.

3.7 Emprego e Renda

A manutenção da política econômica neoliberal baseada no tripé juros altos, superávit primário (economia de recursos para pagamento de juros da dívida) e metas de inflação limitam a capacidade de aumento do produto e, por conseguinte, da geração de emprego e renda da economia brasileira.

Acrescente-se, ainda, que um dos rebatimentos da abertura comercial e financeira sobre a indústria foi a diminuição dos encadeamentos produtivos com aumento do coeficiente de importações. Desse modo, as empresas instaladas no Brasil, de origem nacional ou estrangeira, elevaram a participação de insumos estrangeiros na composição de seus produtos finais, desverticalizando a produção, fragilizando os encadeamentos produtivos e tecnológicos reduzindo o poder multiplicador e indutor da indústria, bem como, sua capacidade de gerar empregos.

Não é a toa que a Região Metropolitana de Salvador é a que mais tem desempregados no Brasil. É necessário, portanto, criar um movimento que reoriente o modelo de desenvolvimento adotado no

Brasil e questione a política de juros altos de Lula, que prioriza os ganhos financeiros em detrimento da geração de emprego e renda.

Paralelamente a essa atuação política em âmbito nacional, o prefeito de Salvador pode contribuir para minimizar esse quadro oferecendo **apoio a economia popular para geração de emprego e renda**. O prefeito não pode atrapalhar aqueles que trabalham como fez a gestão Imbassahy/ACM Neto, que perseguiu os trabalhadores do mercado informal, ou se abster, como fez o Prefeito João Henrique ao não apresentar alternativas que combatem o problema numa cidade que é a capital do desemprego. É necessário desenvolver os conceitos de economia popular, organização dos produtores e comerciantes populares para produção e venda de bens produzidos nos próprios bairros, construindo um mercado solidário interno, gerando trabalho e renda a partir das seguintes ações:

a) Reconstruir o antigo Mercado Modelo, fortalecer a Feira de São Joaquim e criar outras grandes feiras populares numa aliança com os trabalhadores rurais do Recôncavo para transportar seus produtos da agricultura familiar para o grande mercado consumidor que é Salvador. Esta política trará para a população de Salvador produtos alimentícios agrícolas de qualidades sem agrotóxico e transferirá rendas para os trabalhadores rurais do entorno de Salvador, inibindo a imigração das populações do interior para Salvador.

Outro ganho esperado com esta ação em prol do consumo de produtos nativos, da agricultura familiar, naturais e sem agrotóxicos é a melhoria de saúde das nossas crianças e o estímulo a uma reeducação alimentar rompendo com o hábito, induzido por propagandas, de se consumir produtos industrializados de baixo valor nutritivo.

b) Apoiar os artesãos e artesãs. Organizar cursos e seminários e dar aporte à comercialização fora do município. São muitas as alternativas de trabalhos artesanais: bordados, crochês, tapetes, celas, sandálias, bolsas, outros objetos de couro, artesanatos de granito, madeira, osso, chifre, barro etc.

c) Estimular a criação de cooperativas de reciclagem: rever o contrato da gestão João Henrique/Pinheiro que concede o monopólio dessa atividade durante os próximos 20 anos (prorrogáveis por mais 20) para as empreiteiras Veja, Jotagê e Torres, prejudicando as cooperativas de catadores.

d) Cooperativa de Costureiras. Contribuir para que as costureiras se organizem para produção de roupas e fardas, lençóis, fronhas, toalhas etc. que tanto pode ser consumido pela Prefeitura como pelas próprias famílias.

e) Lavanderias coletivas. Criação de lavanderias coletivas nos bairros para oferecer condições de trabalho adequado.

f) Criação do mercado solidário de comercialização da produção dos municípios do Recôncavo e do entorno de Salvador, buscando a substituição dos produtos industrializados importados por

produtos dos municípios, estimulando o consumo e comércio de produtos regionais numa perspectiva de estimular a circulação da moeda dentro da cidade e região para que não haja vazão de recursos monetários e de riquezas para os centros comerciais de outros estados.

Igualdade no mundo do trabalho e geração de emprego e renda

A participação das mulheres no mercado de trabalho tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. No entanto, estas continuam mais expressivas nas taxas de desemprego quando comparadas com os homens. Quando empregadas, recebem salários menores que seus pares. Além disso, as mulheres encontram-se nos postos de trabalho menos valorizados socialmente, estando, geralmente, concentradas no setor de serviços, notadamente nas áreas de saúde e educação. Ou estão no mercado informal, sem direitos trabalhistas e sindicais, com jornadas que se tornam cada vez mais extensas, como vem ocorrendo no trabalho doméstico remunerado, no qual se encontram ocupadas as mulheres negras, muitas delas ainda meninas.

Frente ao desemprego estrutural, cresce o número de mulheres que trabalham nas ruas do Centro de Salvador, produzindo e vendendo artesanatos e comidas, trançando cabelos, entre outros trabalhos. Além disso, em se tratando deste segmento, há de se considerar que a sobreposição das jornadas de trabalho doméstico-familiar e profissional torna este segmento ainda mais exposto ao adoecimento físico e psíquico.

Frente a esta situação, entendemos que é papel da Prefeitura de Salvador:

- a) Valorizar as profissionais que atuam nas áreas de saúde e educação, melhorando suas condições salariais, de trabalho e de vida.
- b) Coibir as diferenças salariais e as práticas de assédio sexual e assédio moral nos contextos de trabalho.
- c) Promover campanhas municipais para estimular a formalização do emprego das/os trabalhadoras/es domésticas/os.
- d) Desenvolver programas no município de incentivo ao primeiro emprego para as mulheres jovens, com compatibilidade entre o estudo e o trabalho.
- e) Combater o trabalho infantil, em especial o doméstico.
- f) ☐ Promover a oferta de equipamentos sociais, como creches e escolas em tempo integral que contribuam para ampliar o tempo disponível das mulheres.
- g) Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da assistência técnica, do acesso ao crédito e do apoio ao cooperativismo, especialmente para as mulheres chefes de família.

3.8. Segurança

Nós entendemos que o problema da segurança está associado à extrema desigualdade mencionada. A existência de regiões bastante pobres e de famílias que vivem abaixo da linha da pobreza facilita a atuação do tráfico de drogas e o aumento da criminalidade.

Por isso, é fundamental um investimento imediato em questões estruturais como moradia, educação e geração de emprego e renda que visam melhorar a qualidade de vida da população, assegurando a conquista dos seus direitos. A melhoria dos equipamentos como postes de iluminação e construção de praças, infra-estrutura, garantindo, por exemplo, a pavimentação das ruas, pois é papel da administração municipal criar um ambiente de segurança nas comunidades.

Além disso, é fundamental que o prefeito tenha uma postura firme de exigir do governo estadual um plano de emergência voltado para a segurança baseado nos seguintes elementos: ação efetiva contra o tráfico de drogas, o que significa a valorização da polícia investigativa; ação da polícia em acordo com a comunidade, fortalecendo a polícia comunitária e a redistribuição do efetivo, contemplando não apenas os bairros mais ricos da cidade, mas a população dos bairros periféricos.

Violência contra as mulheres

A violência doméstica e familiar contra a mulher atinge cerca milhões de brasileiras todos os anos. Na capital baiana a situação não é diferente. A maioria das mulheres que prestam queixa na Delegacia da Mulher mora na periferia de Salvador, ou seja, são as mulheres negras que mais procuram pelo atendimento na única delegacia existente.

O município de Salvador pode, em grande medida, enfrentar a violência cotidiana a que são submetidas as mulheres. Para tanto, precisa inverter as prioridades, investindo na área social, destinando recursos para as políticas de atendimento aos segmentos mais vulneráveis da população. Para coibir e prevenir a violência contra as mulheres e atender a este segmento de forma acolhedora, é preciso, entre outras ações:

- a) Garantir a implementação da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, intitulada "Lei Maria da Penha", que coíbe a violência doméstica contra a mulher, assegurando os recursos do orçamento municipal para sua efetivação.
- b) Criar Centros de Educação do Agressor.
- c) Promover e realizar ações e campanhas educativas e culturais de prevenção da violência doméstica e familiar.
- d) Ampliar os serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (Centros de Referência, Casas-Abrigo) e investir na construção de casas populares para mulheres em situação de violência conjugal.
- e) Implantar serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual, incluindo a realização do aborto nos casos previstos em lei: risco de vida da mulher e gravidez resultante de estupro.

f) Defender a ampliação do número de delegacias especiais, já que em Salvador, pelas metas definidas em lei (uma DEAM para cada 50.00 habitantes), a cidade deveria ter cerca de 30 ao invés de apenas uma.

3.9. Juventude

Salvador atualmente não possui políticas públicas que incluam a nossa juventude majoritariamente negra e pobre. Vítimas da falta de oportunidades e dos direitos mais elementares, como saúde, educação, locomoção, emprego e lazer, por exemplo, nossa juventude está sendo perdida para o tráfico e a violência, exterminada principalmente pela polícia.

O nosso programa apresenta um conjunto de propostas que são resultado do acúmulo de diversos movimentos de juventude. É central para nós o combate à precarização do trabalho ofertado à juventude, simbolizado hoje em estágios irregulares e infinitas empresas de telemarketing. Desenvolveremos políticas públicas que garantam uma adequada e digna integração do jovem no mercado de trabalho.

O Estado deve estar sempre presente no combate à violência que afeta a juventude, principalmente nas periferias da cidade. Dados comprovam que os maiores índices de homicídio, tráfico de drogas e pequenos roubos se concentram na juventude, sobretudo negra.

Uma demanda importante da juventude é a garantia do transporte para o acesso à educação. O governo de João Henrique, com o apoio de Pinheiro, instaurou o SALVADOR CARD que obriga as/os estudantes a pagarem a passagem de ônibus antecipada, garantindo assim o lucro dos empresários e limitando o direito à meia passagem estudantil, pois quando acabam os créditos as/os estudantes são obrigadas/os a pagar a passagem inteira.

O governo da Frente Capital da Resistência vai acabar com o PREDADOR CARD, instituir o passe livre para estudantes de escolas públicas e garantir a meia passagem para estudantes das particulares.

Além disso, vamos criar as Usinas de Talentos que funcionarão como centros de referência onde nossa juventude terá acesso a esporte, arte, acompanhamento de saúde especializado, qualificação profissional, educação sexual e ambiental, produção cultural e domínio das ciências garantindo um espaço para tirar nossa juventude das ruas e trazer para o espaço das oportunidades, longe do caminho das drogas, do tráfico e da gravidez precoce.

Vamos promover a criação e manutenção de equipamentos públicos destinados a atividades culturais (teatros, cinemas, centros culturais, etc.), práticas esportivas (quadras, campos, pista de skate, etc.) e outros que propiciem e incentivem o convívio social, o lazer e a diversão para a juventude, principalmente na periferia da cidade.

Incentivaremos a criação de rádios e/ou TVs universitárias e comunitárias nas escolas, vinculadas aos grêmios e geridas pelos estudantes, como forma de garantia da liberdade de expressão da juventude. Educação sexual nas escolas de ensino médio, com veiculação de programas sobre sexualidade nas TVs e rádios dessas unidades de ensino, com participação ativa da juventude na elaboração do conteúdo audiovisual.

Para garantir a efetivação dessas e de outras propostas será necessária a criação de cinco mecanismos institucionais:

a) Secretaria de Juventude: Esta Secretaria deverá atender à demanda de pessoas entre 15 e 29 anos, com estrutura e recursos próprios articulados aos conselhos de juventude criados em todas as Administrações Regionais da cidade; esses conselhos terão recorte racial e de gênero, garantindo também a representação LGBT.

b) Conselhos da Juventude: Os jovens em Salvador passarão a ter em cada administração regional um Conselho de Juventude que fará com que toda nossa juventude possa ter espaço para discutir políticas específicas para a sua região.

c) Congresso Municipal da Juventude: a realização de congressos municipais é uma forma de colocar a juventude em um papel protagonista na formulação de Políticas Públicas de Juventude (PPJ). Cabe ao Congresso diagnosticar a situação desta parcela da população, detectar as principais demandas e propor políticas para solucioná-las. O Congresso será antecedido de etapas preparatórias regionais e a Prefeitura garantirá a infra-estrutura necessária. Suas resoluções são indicativas para o Congresso da Cidade (mais amplo).

d) Plano Municipal de Juventude: Construir um plano de juventude com prazos e metas discutidos com os jovens na nossa cidade inclusive aqueles que não participam de nenhuma organização política, definindo ações governamentais em todas as áreas e segmentos de jovens na nossa cidade, garantindo políticas para jovens mulheres, juventude negra e LGBT.

e) Por fim urge a criação de um Fundo Municipal de Juventude que garantirá os recursos necessários para pôr em prática todas as propostas listadas acima.

3.10. Preservação Ambiental

A contribuição de Salvador para a redução do aquecimento global, através da redução da emissão de gases, requer a melhoria da qualidade do transporte coletivo com vistas a diminuir a frota de automóveis que circula diariamente nas ruas da cidade. Além disso, a prefeitura pode fazer campanhas para a redução na produção de lixo, além de promover ações de reciclagem e reaproveitamento de energias e águas.

Entendemos que o desenvolvimento ecológico repercute positivamente na qualidade de vida, na saúde da população, na geração de trabalho e renda. As riquezas naturais, a vegetação e rios e as fontes devem ser preservados, garantindo, assim, espaços de lazer para a população local e servindo ao turismo. Por isso, a defesa da natureza e a preservação das belezas e dos recursos naturais de nosso município não estão em contradição com o desenvolvimento econômico. Ao contrário, a Frente de esquerda socialista pretende investir na construção de um modelo de desenvolvimento calcado na solidariedade, na cooperação, na ética e no respeito pelo bem coletivo.

Par preservar os recursos naturais da nossa cidade pretendemos:

- a) Construir e recuperar praças e áreas verdes.** Preservar a orla de Salvador, mangues, parques e remanescentes florestais, combater a saga destruidora da especulação imobiliária. Arborização das áreas urbanas, plantação de árvores, construção de canteiros e recuperação das praças. Desenvolvimento do Horto Florestal. Intensificar o cultivo e reprodução das espécies nativas.
- b) Recuperar rios urbanos e mananciais hídricos.** Remoção dos esgotos dos rios e dos mananciais hídricos; cuidar e preservar a Bahia de Todos os Santos como recurso cultural, ecológico e turístico.
- c) Definir novos procedimentos para obras e construções próximas a lagos e rios.**
- d) Investir no saneamento básico.** Melhoria do sistema de esgotos com coleta e tratamento total do que for produzido.
- e) Elaborar um programa de captação de água de chuva.**

3.11. Turismo

Nosso projeto é reverter a lógica do turismo na cidade de exploração sexual, do consumo e comercialização de drogas, apoiando ações ligadas ao patrimônio artístico cultural e à história de luta e resistência do nosso povo, como o 2 de julho. Em função desta participação do povo, com sua riqueza, alegria, cultura, o turismo de qualidade será atraído para visitar Salvador. Pretendemos também:

- a) Desenvolvimento de pólo turístico nas ricas comunidades do Subúrbio e Liberdade. Desenvolver o Subúrbio, região mais bonita de Salvador, como pólo de turismo. Mas não é um desenvolvimento para a entrada dos grandes empresários do turismo, é a valorização do povo do local com sua vida, para que o povo e o território seja atrativo turístico para visitas de povos irmãos. O ganho econômico com o turismo local deverá ser apropriado pelo povo que ocupa aquela desprezada região há centenas de anos.
- b) Desenvolver o turismo cultural através de festivais de artes e exposições. Organizar festivais e exposições de artes e músicas, manifestações culturais, trilhas, feiras de culinária, de artesanato, de teatro, dança, cinema, exposições de pintura, escultura, integração com os artistas da região

metropolitana e das cidades do Recôncavo. Transformar Salvador num grande pólo de artes. Reconstruir os equipamentos e pontos turísticos para o próprio povo de Salvador, construir o turismo sob a ótica de ser utilizado pelo próprio povo de Salvador. Voltar-se para a beleza da Baía de Todos os Santos, não dar as costas para a Baía, incorporá-la à dinâmica da cidade como fonte cultural e de valor ético e estético; valorizar o hoje chamado Subúrbio, com instalações de praças, preservação ambiental, pontos de rara beleza para atrações turísticas e vivência da sua população, construindo uma política para a preservação da cultura da população não permitindo a saga especulativa e destrutiva do modelo ocorrido na orla através dos gestores públicos e das empresas de turismo e bebidas.

c) Turismo com preservação ambiental. Incentivar o turismo, mostrando que a preservação ambiental é também uma fonte de renda.

3.12 LGBTT

A situação da homofobia em Salvador é gritante, a Bahia está em primeiro lugar nos índices de violência a homossexuais, além do que a homofobia não se expressa apenas com violência física, mas também através de depreciação, recusa de vínculo empregatício, desrespeito, falta de políticas públicas. São muitas as faces do preconceito e discriminação contra homossexuais. Para desenhar mais nitidamente o quadro crítico em que se encontra a comunidade LGBT é necessário expor os dados sobre a violência homofóbica.

Em média, a cada três dias, um (a) homossexual é assassinado no Brasil, vítima de crime homofóbico. A maioria das vítimas tem entre 20 e 40 anos. Predominam entre as vítimas, as travestis profissionais do sexo, professores, cabeleireiros, ambulantes. Gays são assassinados, sobretudo dentro de casa, a facadas ou estrangulados, enquanto travestis são executadas na rua, a tiros. Quanto aos assassinos, 80% são desconhecidos e 65% são menores de 21 anos.

O Brasil é o campeão mundial de crimes homofóbicos, com mais de 100 homicídios por ano, seguido do México com 35 e Estados Unidos com 25; A cada 3 minutos, uma pessoa do segmento LGBT é vítima de discriminação; Entre 1980 e 2005, 2.511 homossexuais foram assassinados no Brasil: 72% eram gays e 25%, travestis;

Pesquisa da Unesco apontou que 40% dos alunos das escolas brasileiras consideram a Homossexualidade uma doença; Estima-se que, em média, mil adolescentes gays cometem suicídio por ano no Brasil, vítimas da intolerância da família, da escola e da sociedade. Pesquisa do CLAM (Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos) revela que 70% dos LGBT já sofreram discriminação e 60% já sofreram violência pelo fato de serem GLBT;

A participação de Homossexuais na política ainda é pequena e o comprometimento dos governos com um combate sério a homofobia e a garantia da igualdade de direitos é um problema a se enfrentar, pois mesmo quando são criados mecanismos institucionais como coordenadorias ou conselhos, estes não são dotados de poder de articulação política nem de recursos para tocar as ações necessárias.

Em nível Federal o Governo Lula criou dentro da Secretaria de Direitos Humanos uma estrutura para tratar a questão LGBT, fez também junto com o movimento social o programa Brasil sem Homofobia e uma conferência nacional LGBT, porém na hora de colocar em prática, faltam recursos e definir prioridade política.

O capitalismo se afirma a cada dia nas diferenças, nas opressões, ditando padrões de comportamento. A homofobia assim como o machismo e o racismo são faces da hegemonia capitalista nas relações sociais, por isso a Frente de Esquerda Socialista coloca como ponto fundamental da disputa contra hegemônica ao capitalismo a superação dos diversos tipos de opressão de gênero, de sexualidade, étnico-racial, geracional, entre outras.

Faz-se necessário na lógica de inversão de prioridades e democratização da gestão, dotar a máquina administrativa da Prefeitura de Salvador de estruturas que efetivem políticas públicas para a população LGBT, a construção de um plano municipal de combate à homofobia, em conjunto com os movimentos Sociais e a população LGBT, além da criação de um Conselho Municipal que fiscalize a aplicação dos recursos e a efetivação das ações além de apontar diretrizes políticas para a coordenadoria LGBT criada no primeiro escalão da Prefeitura de Salvador. Além disso propomos:

1. Fomentar, apoiar e garantir a produção de conhecimento em orientação sexual e identidade de gênero, com recorte de raça-etnia em pesquisas, além de criar um centro de referência LGBT com promoção de cursos profissionalizantes, principalmente para jovens, realizar palestras, seminários e debates dentro dos temas de interesse da população LGBT, realizar campanhas, apoio psicológico, jurídico e casa abrigo para LGBT's em situação de violência inclusive jovens que sofram violência física e psicológica por parte da família.
2. Atuar em parceria com a Secretaria de Educação na formação de professores na temática da diversidade sexual trabalhando a questão nos currículos escolares, tratando a homossexualidade de forma positiva e disponibilizando material didático nas bibliotecas e para os professores.

3. Incentivar, por meio de financiamentos específicos, a produção de materiais sobre a população LGBT desenvolvidos pelas organizações que defendem os direitos humanos do seguimento social.
4. Assegurar, nas políticas públicas, a inserção da defesa dos direitos da população LGBT na luta dos demais grupos historicamente estigmatizados em função de sua origem geográfica, etnia, raça, condição física e idade.
5. Desenvolver processos de informação, comunicação e educação, que desconstruam estigmas e preconceitos que contribuam para a redução de vulnerabilidades da população LGBT.
6. Garantir o direito de ir e vir das(os) profissionais do sexo feminino e masculino em todos os espaços públicos.
7. Tornar obrigatória, nos concursos públicos, a existência de questões com a temática de direitos humanos, incluindo a população LGBT, assim como a adoção da disciplina Direitos Humanos nos cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento dos servidores públicos, de todas as carreiras da administração pública direta e indireta.
8. Apoiar e financiar, Paradas e Marchas do Orgulho LGBT com temas referentes aos direitos humanos e cidadania.
9. Mobilizar, sensibilizar e capacitar gestores (as) e sociedade civil para criar uma rede de proteção social para criança, adolescente, jovem e idoso LGBT, primando pela garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, à convivência familiar, à inserção escolar, ao trabalho e ao direito da religiosidade, divulgando, defendendo e garantindo a implementação do ECA e Estatuto do Idoso em todo o território nacional.
10. Apoiar a elaboração de uma agenda comum entre os movimentos LGBT, indígena e étnicos-raciais, de mulheres, juventude, deficientes LGBT com realização de seminários, reuniões, oficinas de trabalho sobre o racismo e a homofobia, machismo, sexismo, preconceito de gênero, de classe, raça e etnia, pessoas com deficiência e com recorte geracional.